



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a
cerimônia de assinatura de atos do PAC - Saneamento e Habitação II**

Palácio do Planalto, 24 de junho de 2008

Companheiras e companheiros ministros,
Companheiros governadores,
Companheiras e companheiros deputados federais,
Senadores da República,
Prefeitos,
Meus amigos e minhas amigas,

Na verdade, companheiro Jaques Wagner, eu lamento profundamente que você esteja tão sequioso de participar da festa de São João, se ainda são seis horas da tarde, e você pode muito bem acender a fogueira às dez horas da noite. Afinal de contas, você não é dos maiores foliões, vai apenas assistir, quem vai dançar são os outros. Nós, aqui em Brasília, também teríamos direito a uma festa de São João, mas alguém tem que trabalhar para este País ir para a frente.

Nós precisamos ter em conta por que eu tirei o João Paulo da festividade dele, em Recife, e você, da Bahia. É porque hoje nós assinamos aqui ordens de serviço de quase 1 bilhão e 900 milhões de reais, e a ordem de serviço significa que a obra pode começar amanhã. Depois do dia 4 de julho nós não vamos mais poder assinar contratos. O prefeito que tiver uma obra do PAC pode continuar a obra com a contrapartida dele, se tiver dinheiro, sem a certeza de que vai receber de nós depois.

O dado concreto é que depois do dia 4 de julho nós não vamos mais poder assinar contratos. Os contratos vão ficar para ser assinados depois das



eleições. Por isso era importante fazer este ato hoje, amanhã ou depois de amanhã, mas quanto mais próximo do dia 4 nós fizéssemos o contrato, mais difícil seria o começo da execução das obras. Só este aviso, companheiro Jaques Wagner, para que o povo da Bahia me perdoe por tirá-lo... O Prefeito de Juazeiro, onde tem uma grande festa, não está reclamando porque ele sabe que vai preparar espaço para fazer uma fogueira muito maior no ano que vem.

Eu fiquei pensando no que eu ia falar. Em Teresina não tem festa de São João? Tem. Não tem em Manaus, onde o calor já é muito grande e se fizer... Em Cuiabá, então, se fizer uma fogueira, acaba de derreter o povo lá. Mas eu fiquei pensando no que falar para governadores com tanta pressa de ir embora, para prefeitos que têm que voltar para suas capitais, para a imprensa tão sequiosa de alguma novidade, para deputados que não estão indo embora, estão chegando hoje para suas atividades.

Eu fiquei pensando: o que falar? E vou dizer uma coisa a vocês. Eu penso que muita gente faz um esforço incomensurável... Incomensurável já é chique meu, aqui. Eu podia falar “um esforço muito grande”, mas já meti um “incomensurável” aqui para mostrar que eu estou ficando sofisticado. Tem muita gente que faz um esforço muito, mas muito grande para não entender o que está acontecendo no Brasil.

Primeiro, um comportamento republicano que poucas vezes aconteceu na história deste País. Eu duvido que tenha neste País um governador de qualquer partido político ou um prefeito de qualquer partido político que possa dizer que, por qualquer razão, o governo federal o preteriu nas discussões dos investimentos federais nos estados. Eu tenho dito isso nos encontros de prefeitos, com mais de 4 mil prefeitos, e hoje nós temos obras do governo federal em mais de 5 mil cidades deste País. Eu duvido que alguém diga “não foi obra do meu município porque eu sou do PFL, do DEM, do PSDB, do PSC, do PPS”. Duvido.

A segunda coisa que eu acho importante a gente ter em conta é que,



como há muito tempo o Brasil não via acontecer o que está acontecendo, é importante a gente dizer que quando nós resolvemos fazer investimentos nas principais regiões metropolitanas deste País, não é porque eu tenha culpa de ter favelas lá, não é porque eu tenha culpa de ter palafitas lá. Não. São os sábios que governaram este País nos últimos 40 anos. Se a gente analisar o que era cada capital deste País na década de 70, vamos perceber que poucas capitais tinham favelas. Isso para não dizer que, 40 anos atrás, favela era motivo de samba-enredo dos grandes poetas brasileiros.

O que nós estamos fazendo é reparar a irresponsabilidade que alguns governantes deixaram acontecer nas capitais brasileiras, porque a gente poderia ter feito intervenções quando tivesse um, dois ou três barracos. Mas quando tem mil ou 2 mil, já virou um problema social, já virou uma cidade, e ninguém mais mexe. Todos nós, sem distinção, temos responsabilidade: o vereador, o deputado, o prefeito, o governador. Todos, que na época das eleições, querem uma beirinha de voto. E também a imprensa tem responsabilidade, porque na hora em que um prefeito vai tirar, a imprensa é a primeira a denunciar o prefeito. Então, ninguém mexe com ninguém e vamos deixando as pessoas viverem apinhadas, em lugares inadequados, em lugares que as colocam em risco de vida. E criamos verdadeiras cidades à beira de cidades, à margem de rios, à margem de córregos, nas encostas de morros, onde proliferaram - em função das péssimas condições de vida e da ausência do Estado brasileiro - o crime organizado, o narcotráfico, que tanto assustam parte daqueles que foram responsáveis pelo surgimento dessa situação no Brasil.

O PAC é o começo da reparação disso, e eu tenho certeza de que cada prefeito e cada governador tem consciência do significado dos investimentos que estão fazendo nas áreas mais problemáticas dos seus estados, das suas cidades, levando o papel do Estado lá para dentro: é o governo estadual que vai lá para dentro, é a prefeitura que vai estar lá dentro, é o governo federal



que vai estar lá dentro, é a delegacia que pode estar lá dentro, é a biblioteca que pode estar lá, é a escola que pode estar lá. Então, nós estamos criando a chance de dizer ao povo, que foi excluído durante tanto tempo, que o Estado brasileiro resolveu competir com o crime organizado, com o narcotráfico, resolveu fincar seu pé dentro dos lugares mais degradantes deste País, para tornar a vida das pessoas mais digna e mais decente.

Pasmem, meus amigos e minhas amigas, eu me deparo com algumas manchetes assustadoras: “Obras do PAC têm corrupção” ou “Corrupção nas obras do PAC”. Quando a gente vai pescar, pelo tamanho do surubim, a gente percebe que tem ali, nada mais, nada menos do que um mandi-chorão, daqueles bem pequeninhos. Eu quero retratar, aqui, o que disse a ministra Dilma sobre os 119 municípios investigados. Ninguém pode dizer ainda que algum prefeito cometeu erros, porque está em processo de investigação.

Eu quero dizer em alto e bom som: nós precisamos aprender, neste País, a só culpar uma pessoa quando o inquérito estiver terminado, e acreditar piamente que as pessoas podem ser inocentes até prova em contrário. A mim, me magoa muito saber que nomes de pessoas aparecem nos jornais e, no dia seguinte, não tem uma viva alma neste País para telefonar para alguém que foi inocentado e pedir desculpas, desculpas pela barbárie, desculpas pelos erros. Aqueles que forem, efetivamente, praticantes da malversação do patrimônio público, a esses, a lei; a esses, a justiça; e, se for necessário, a cadeia. Mas neste País também tem lei em que a pessoa é cassada por corrupção quando é governador, e pode ser candidato ao Senado na eleição seguinte. Você tira um mandato de quatro anos e dá um de oito anos.

Significa também – eu estou dizendo, no PAC – que nós, políticos brasileiros, vamos ter que ter coragem para pensar seriamente numa reforma política e vamos ter que pensar numa legislação eleitoral que não permita que a gente fique à mercê da interpretação da Justiça Eleitoral. É preciso ter coragem para fazer uma lei que, em primeiro lugar, interesse ao povo



brasileiro; em segundo lugar, que consolide os partidos políticos; e, em terceiro lugar, que faça o povo acreditar que as coisas serão mais sérias a partir da instituição de uma nova legislação e de uma reforma política neste País.

Mas vamos voltar aos dados. Das 119 cidades, como eu conheço muito o Brasil, uma grande maioria delas deve ter 10 mil, 8 mil, 15 mil habitantes, são cidades muito pequenas. Logo de cara eu disse para a Dilma: não tem obra do PAC nessas cidades. Pode ter qualquer coisa, mas eu conheço grande parte daquelas cidades e sei que não têm obras do PAC. Qual é a conclusão a que nós chegamos, meu caro João Paulo? Das 119 cidades, 37 têm obras do PAC, mas pasmem: nem a Polícia Federal, nem a CGU, nem o Tribunal de Contas, que começou essa investigação... Tem casos de 1998. Mesmo os que começaram em 2003, o PAC é de 2007. Ninguém ainda pode dizer, nem a Casa Civil, nem a Caixa Econômica Federal, nem o Ministro das Cidades, nem um jornalista, ninguém pode dizer qual é a obra que está sendo investigada, porque está ocorrendo sob sigilo da Justiça.

Pasmem: apenas 37 cidades têm obras do PAC, mas nós não sabemos se são elas que estão sob investigação. Dessas 37 obras do PAC, apenas 8 cidades começaram as obras. De quase 1 bilhão e 800 milhões de reais, foram liberados, nessas 8 cidades que começaram as obras, apenas 15 milhões. Isso significa menos de 1% do dinheiro previsto para essas obras. Entretanto, a loucura que muitas vezes está impregnada na cabeça dos julgadores parte, de forma muito agressiva, para primeiro fazer a acusação, primeiro achar o culpado. E qual é o culpado? É o PAC, porque ele agora se apresenta na política brasileira como o Bolsa Família há três anos. Quantos apostaram que o Bolsa Família não valia nada? Depois que dá no New York Times, depois que o Banco Mundial reconhece, depois que o mundo inteiro diz que o Bolsa Família é o maior programa de transferência de renda do mundo, e que aparece nas pesquisas de todos os institutos, as pessoas começam a reconhecer.

Com o PAC é a mesma coisa. Somente quem anda pelo Brasil sabe o



que é o PAC. Nem da minha casa, em São Bernardo do Campo, nem do Palácio da Alvorada, e muito menos do meu computador, no gabinete da Presidência, eu tenho consciência do que significa o PAC neste País. Nós não temos consciência do que significa o resultado da distribuição dos recursos arrecadados com o dinheiro do povo brasileiro devolvido em forma de obras, em forma de luz, em forma de água encanada para as pessoas tomarem banho, em forma da possibilidade de colocar uma casa de farinha na sua casa, em forma de benefícios para colocar uma guia e uma sarjeta, que muitos prefeitos tratam como meio-fio. Quem nasceu em rua asfaltada não sabe o que é um cidadão que mora na periferia ter que trabalhar em tempo de chuva, não tem a menor noção. Por isso, muita gente gosta de filosofar sobre um país que faz questão de não conhecer.

Para vir até aqui, viajei de São Paulo com a nossa querida Maria Fernanda, presidente da Caixa Econômica Federal, e com o nosso querido Lima Neto, presidente do Banco do Brasil. O Lima Neto me dizia uma coisa que me deixou entusiasmado. Quando nós ganhamos as eleições, este País tinha 300 bilhões – meu caro Luiz Henrique, meu caro Arruda, meu caro Wagner, meu caro Alcides – de crédito, o País inteiro. Este ano, só o Banco do Brasil tem 200 bilhões de crédito. O País chegou a mais de 1 trilhão de reais de crédito, uma pequena bagatela de 700 bilhões a mais do que aquilo que nós encontramos. Estou pedindo à companheira Maria Fernanda para, num ato destes, fazer uma apresentação. Este ano, quando concluir o ano, a Caixa Econômica Federal vai poder dizer aqui que, em dois anos do meu segundo mandato, nós já fizemos mais investimentos do que nos quatro anos do meu primeiro, em que tínhamos feito muito mais investimentos do que nos oito do governo anterior.

Este País aprendeu, e está aprendendo, que nós não queremos mais fazer apologia à miséria, não queremos mais fazer apologia à pobreza. Queremos fazer apologia à esperança, à possibilidade de a gente crescer, à



possibilidade de a gente melhorar. É só ver os números do Ipea, de ontem, e cada ano vai ser melhor.

Estamos vivendo, agora, uma crise mundial na agricultura. Pois bem, para os outros pode ser crise, mas para este País é oportunidade. Por isso, vamos a Curitiba lançar o Plano Safra na semana que vem – acho que terça ou quarta-feira –, da agricultura empresarial, do agronegócio, não apenas para dizer que tivemos coragem de fazer a negociação das dívidas, que os agricultores esperavam há mais de 20 anos e ninguém tinha coragem de fazer. Nós fizemos e vamos desafiá-los: se o mundo quer carne, nós saberemos produzir; se o mundo quer álcool, nós saberemos produzir; se o mundo quer soja, nós saberemos produzir.

Vou sair de Curitiba e venho para Brasília para lançar o Plano da Agricultura Familiar, para dar a mesma resposta. O problema é o feijão, é o tomate, é a cebola? Pois bem, vamos estabelecer um programa de mais alimentos para que a gente possa criar políticas de financiamento e duplicar ou triplicar a produção da agricultura familiar. Se o mundo tem fome, este País pode contribuir para ajudar a dar comida àqueles que querem comida.

Este País precisa ser compreendido, e não precisam depositar o mérito nas costas do governo. Depositem na sorte ou digam que Deus é brasileiro, mas façam um favor: compreendam o que está acontecendo neste País; compreendam a atuação da Polícia Federal, que nós reaparelhamos, que fizemos concurso; compreendam o trabalho da CGU, que botamos para funcionar. Para nós, o combate à corrupção, o combate à má-utilização do dinheiro público não é apenas uma questão de honra. É uma necessidade a gente fazer com que o pão deste País seja distribuído de forma mais equânime. Não tem necessidade de um prefeito ter um atravessador, não tem necessidade de um deputado, que aprovou uma emenda, tentar fazer com que ela chegue meio destrambelhada na cidade. É tão mais fácil a gente fazer as coisas certas.



Da nossa parte, eu não quero que a Polícia prenda ninguém, nem que o Tribunal acuse ninguém, mas nós não mediremos nenhum esforço para fazer com a que a CGU, a Polícia Federal e tantos outros órgãos deste País possam acompanhar cada centavo que sai do governo federal para os municípios. O que não queremos é cometer injustiças. Como eu já fui, muitas vezes, vítima de injustiças, eu não quero cometer nem com os meus adversários aquilo que cometem comigo a vida inteira.

Este País não tem retorno. Podem acreditar, prefeitos, não tem retorno. Vocês vão se cansar de fazer obras, porque não pensem que este PAC termina agora, não. Logo, logo terá um outro PAC. Nós aprendemos a gerenciar, e vocês aprenderam, nesse quase 1 ano e meio de PAC, a fazer projetos, a vencer obstáculos, a envolver segmentos da sociedade para a gente fazer o que está fazendo hoje. Imaginem vocês se o Brasil tivesse utilizado um PAC há 10 anos, e se nós estivéssemos, há 10 anos consecutivos, fazendo investimentos em obras de infra-estrutura, em urbanização de favelas, em habitação, em água potável, em tratamento de esgotos. Este País seria uma maravilha.

Entretanto, isso não aconteceu, e nós vamos fazer acontecer, porque esse é o jeito que nós pensamos em tratar as prefeituras, Luiz Henrique, quando fomos deputados constituintes, que fizemos as leis trazerem mais benefícios para os prefeitos, que depois foram desmontadas. Nós não queremos que os prefeitos venham a Brasília pedir favor ao governo federal. Não queremos e nunca quisemos. Nós vamos ao encontro dos prefeitos. Estou há 6 anos aqui. Eu fui a todos – só não fui na eleição presidencial – os atos dos prefeitos com os ministros, para dizer aos prefeitos: reivindicuem. A gente pode atender e pode não atender. Cada prefeito brasileiro, hoje, pode olhar na minha cara, e ver dentro dos meus olhos que eu sou petista. Mas podem saber que, pelo fato de ser do PSDB, do PFL ou de qualquer outro partido, nunca foi tratado de forma diferente.



Esse é o PAC que está dando certo, esse é o PAC que vai mudar a história deste País. Este é o último ato do qual eu participo nessa fase de lançamento de coisas. A partir do mês que vem... Eu tenho uma agenda complicada no mês de julho. No mês de julho tenho que ir ao G-8, vou ao Japão, do Japão vou à Indonésia, da Indonésia vou ao Vietnã, do Vietnã vou ao Timor-Leste, depois volto para cá. No meio do mês eu vou a Portugal, na reunião da CPLP, onde vamos anunciar, Luiz Henrique, a construção de uma universidade – que nós vamos fazer – para estudantes africanos, porque entendemos que é o pagamento da reparação de 300 anos de escravidão que este País praticou.

Depois nós voltamos e, quando chegar o mês de agosto, tenho que ir à China para a abertura das Olimpíadas. Já tinha decidido não ir, mas o Rio de Janeiro foi uma das cidades escolhidas entre as quatro. E lá estarão o Bush, o primeiro-ministro do Japão, o meu amigo Zapatero, primeiro-ministro da Espanha, pedindo votos para os seus países, e eu não posso perder por ausência. Vou tentar arrumar uns votinhos para a gente poder trazer as Olimpíadas, em 2016, para o Brasil.

Aí, vou começar uma nova fase. Vou começar um processo de inauguração de escolas técnicas e de campi universitários; vamos inaugurar as escolas técnicas e as extensões universitárias; vamos inaugurar as obras de irrigação; e depois vamos começar a visitar as habitações que estamos fazendo. Vocês vão perceber que, desde o governo Figueiredo – faça logo o levantamento, minha filha –, é o momento mais extraordinário da Caixa Econômica Federal em investimentos em habitação.

Este momento, eu diria, é um momento de ouro para este País. É um momento em que o governo tem que ter juízo e responsabilidade, em que o Congresso tem que ter juízo e responsabilidade, em que a imprensa tem que ter juízo e responsabilidade, em que a gente precisa colocar o País acima do bem e do mal, acima dos partidos políticos, acima das coisas que a gente



gosta e que não gosta, porque este País não vai jogar fora esta oportunidade que todos nós conquistamos.

Eu tenho consciência do que é este momento do País, meus companheiros, porque vivi os outros momentos como presidente do Sindicato. Eu sei como é prazeroso poder dizer aos meus companheiros: nos primeiros cinco meses do ano nós criamos 1 milhão e 50 mil empregos com carteira profissional assinada. Eu sei porque passei 20 anos na porta de fábricas, vendo as empresas demitirem trabalhadores. Ia às cinco horas da manhã, à meia-noite, chorar com os trabalhadores, sabendo que não podia fazer nada. Você também, João Paulo.

Hoje, é com muito orgulho que a gente vê a construção civil brasileira – que passou 20 anos só decaindo, decrescendo – dar um salto de qualidade, porque tivemos coragem de fazer mudanças na lei, de dizer que o cidadão que compra uma casa e não paga vai perder a casa, da mesma forma que ele perde qualquer bem. Quando nós fazemos uma dívida, é para pagar. Fizemos a Lei de Afetação, reduzimos material de construção, e vamos fazer mais coisas.

Não pensem que nós esgotamos o nosso arsenal de coisas boas para este País. Basta que o Congresso Nacional nos dê uma mãozinha na reforma tributária, que o resto vai acontecer neste País, porque os estados readquiriram capacidade de investimento, as Prefeituras estão readquirindo capacidade de investimento, a União readquiriu capacidade de investimento, e este País só pode dar certo se for assim. Nos 20 ou 25 anos para trás, a gente ficava apenas remoendo o leite derramado. E agora nós estamos remoendo, na verdade, a expectativa que este País conquistou, Suplicy, de se transformar definitivamente numa grande economia.

Eu disse, no dia da minha posse, em 2003: nós vamos começar fazendo o necessário, depois vamos fazer o possível e, quando menos esperarem, a gente vai estar fazendo o impossível. E podem ficar certos de que nós temos



Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República

muito mais coisas a oferecer para este País. Esperem, porque eu disse também que qualquer presidente da República poderia errar, ele terminava o seu mandato, voltava para casa e não acontecia nada. Eu não posso. Quando terminar o meu mandato eu quero voltar a andar com os meus amigos na porta das fábricas, quero visitar os trabalhadores rurais, quero visitar os catadores de papel, porque eu estou presidente, mas não me esqueci de onde vim e não me esqueci para onde devo e quero voltar.

Muito obrigado, um abraço, e vamos ao PAC.

(\$211A)